

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 4 DE MAIO DE 2023 – N.º 9/2023 - MANDATO 2021 – 2025

--- Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2021/2025, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos Senhores Vereadores Jorge Manuel Claudino de Freitas, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, João Pedro Costa Arraiolos e Fernanda Maria Coutinho Precatê Fontainhas Amorim Cardigo. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

--- A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte: -----

--- **Ponto 01 - Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 18 de abril de 2023 – N.º 7/2023 – Mandato 2021 – 2025. Para Deliberação.** -----

--- **Ponto 02 - Atribuição de Subsídio – Equilíbrio de Contas 2022. Para Ratificação.** -----

--- **Ponto 03 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Sustentável Alpiarça 2030 (EIDS 2030). Para Conhecimento.** -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

--- A reunião foi aberta pela Senhora Presidente da Câmara, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes, eram nove horas e quarenta e cinco minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia três de maio de dois mil e vinte e três, com um total de disponibilidades de 1.453.243,95 euros (um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil, duzentos e quarenta e três euros e noventa e cinco cêntimos). -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

--- A reunião foi aberta pela Senhora Presidente da Câmara, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes, eram nove horas e quarenta e cinco minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia três de abril de dois mil e vinte e três, com um total de disponibilidades de 1.453.243,95 euros (um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil, duzentos e quarenta e três euros e noventa e cinco cêntimos). -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- A senhora Presidente iniciou o período antes da ordem do dia, referindo que relativamente à questão da saúde no Concelho e na região, o Executivo tinha vindo a acompanhar aquela situação e estava a procurar encontrar, em conjunto com o Ministério, algumas soluções que permitissem obstar à manutenção de falta de médicos no Concelho. Frisou, que saiu em Diário da República a publicação do número de vagas para o país e, portanto, já tinha conversado com o senhor Ministro da Saúde no sentido de que era importante, para o Ministério que tivesse a noção absoluta do número de médicos que estavam disponíveis para aquelas vagas e, sobretudo, das preferências dos médicos relativamente à sua localização. Disse, que no cômputo geral do ACES, tinham sido abertas praticamente todas as vagas que estavam pedidas e, em concreto, para a Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça tinham sido abertas quatro vagas, que era o quadro médico completo do Centro de Saúde de Alpiarça. Referiu, que tinha estado em Alpiarça um conjunto de médicos, que por iniciativa do ACES tinham vindo fazer uma visita aos vários concelhos da Lezíria e tinham procurado fazer-lhes uma receção em alguns dos municípios e informá-los do que tinham para oferecer, numa operação que permitisse dar-lhes a conhecer as possibilidades e as potencialidades de viverem num Concelho como Alpiarça. Salientou, que também estavam a acompanhar a parte de intervenção, quer a parte de reabilitação daquele edifício, quer da potencialidade de virem a fazer um novo Centro de Saúde, o que dependia do que conseguissem acertar com o Ministério e com o Governo, nomeadamente, se tinham condições para avançar o mais rapidamente possível. Relativamente à Estratégia Local de Habitação, explicou que a intenção do Executivo era avançar com as recuperações nos imóveis que tinham no Bairro dos 46 fogos, sendo que 21 ou 22 estavam todos devidamente identificados com os projetos, com os layouts determinados e, portanto, a breve trecho pretendiam avançar. Referiu, que havia financiamento para habitações alternativas e temporárias, enquanto as obras estivessem a decorrer nas casas, sendo que as pessoas beneficiavam daquela intervenção, mas não havia financiamento para o aluguer de contentores que permitissem, durante um período de tempo, alojar as pessoas. Disse, que havia a possibilidade de arrendarem habitações, de colocarem as pessoas em pensões, hotéis, etc, mas não propriamente naquela

solução, sendo que tinham uma dificuldade enorme, quer no espaço do Concelho, quer nos concelhos limítrofes de encontrar uma solução daquele género. Frisou, que estava a ponderar adquirir algumas habitações que estivessem degradadas, e pudessem começar por reabilitá-las para alojar as pessoas, sendo que para algumas pessoas havia solução, porque tinham família que os acolhia durante o período das obras. Salientou, que o Município de Alpiarça tinha apresentado uma candidatura a Cidade do Vinho, no âmbito da Associação de Municípios Portugueses do Vinho, em conjunto com Almeirim, Cartaxo e Santarém e, portanto, os serviços dos municípios tinham concebido e estruturado aquela candidatura sob a orientação do senhor Vereador Nuno Russo, da Câmara Municipal de Santarém, que era um impulsionador desde a primeira hora daquela candidatura. Frisou, que os serviços do Município de Alpiarça tinham tido um papel preponderante no desenho e na estruturação de toda a comunicação, em conjunto com os outros municípios. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e referiu que em relação à saúde, seria positiva a abertura de candidaturas para terem a noção da realidade em termos de resposta e das dificuldades, no entanto, dificilmente seria preenchido o número total de vagas. Disse, que todo aquele percurso tinha sido dispendioso para o Estado, mesmo as últimas medidas de incentivos de mobilização para o interior, mas não tinha resolvido os problemas. Referiu-se à pouca participação dos bombeiros municipais na cerimónia do 25 de Abril, e questionou se havia alguma justificação para aquele facto, até porque a própria cerimónia em si merecia toda a consideração, sendo uma representação oficial junto dos órgãos municipais e da população de Alpiarça. Salientou, que envergar uma farda dos Bombeiros devia estar muito acima de qualquer quezília pessoal. Salientou, que tinha recebido um convite para a apresentação da classificação da Reserva Natural do Paul da Goux, e referiu que tinha tido conhecimento, que uma das pessoas que muito tinha colaborado para que houvesse uma revitalização daquele espaço e que se iria ausentar temporariamente do Município, pelo que entendia que deveria frisar que o senhor Pedro Ferreira, que era o responsável pela Reserva do Cavalo do Sorraia, tinha demonstrado sempre o seu empenho, interesse e paixão pela Reserva, e tinha trabalhado sempre no sentido de criar condições de atratividade, em períodos muito difíceis para o Município de Alpiarça. Questionou, se o mesmo iria ser substituído por alguém ou se mantinha o funcionamento da Reserva do Cavalo Sorraia com as pessoas que estavam a trabalhar naquele local. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo relativamente à saúde, que iria ser muito difícil haver candidatos para aquelas vagas, porque o principal atrativo para os médicos concorrerem era a remuneração. Disse, que seria melhor retirar a sinalização que indicava o parque de campismo, bem

como alguns restaurantes que já estavam encerrados, uma vez que, poderia induzir em erro os visitantes. Frisou, que tinha ficado satisfeita com a notícia sobre a candidatura a Cidade do Vinho, e lamentou que um dos melhores vinhos de Alpiarça fosse deixar de existir. -----

--- Interveio a senhora Presidente referindo que, relativamente à situação da saúde, era provável que não se conseguisse atrair profissionais, muito menos médicos, mesmo jovens recém especialistas, todavia tinham tentado mostrar-lhes o território e as mais-valias do mesmo, comparativamente com outros territórios. Frisou, que era importante que aqueles jovens médicos soubessem que, no caso da Unidade de Saúde Familiar de Alpiarça, a sua transição para um modelo tipo B iria permitir que os vencimentos fossem substancialmente mais elevados, mas isso dependia de terem um conjunto de médicos que preenchesse o quadro, nomeadamente, quatro profissionais que se pudessem organizar e voltassem a retomar o projeto que existia, que era a transição daquela unidade tipo A para tipo B. Relativamente à cerimónia do 25 de Abril, e à falta de participação de elementos do corpo de bombeiros municipal, explicou que tinha sido feita, à semelhança dos outros anos, uma convocatória aos bombeiros para se apresentarem na cerimónia, contudo, havia um conjunto de bombeiros, que não se tinham apresentado à formatura e não tinham participado na cerimónia. Disse, que na sequência daquela falta, o senhor Comandante dos Bombeiros tinha enviado uma comunicação a todos os faltosos, no sentido de que justificassem as suas ausências num curto espaço de tempo e, portanto, estavam a aguardar todas as justificações, sendo que algumas já tinham sido enviadas e nenhuma delas era aceitável. Frisou, que o Município em conjunto com o Comando, iria tomar as medidas que entendesse por necessárias e adequadas relativamente aquela situação. Quanto ao funcionário Pedro Ferreira, frisou que reconhecia a importância do mesmo, quer no desenvolvimento do trabalho que tinha vindo a ser feito na Reserva, quer na própria Reserva Natural do Paul da Gouxa, e também no acompanhamento que o mesmo tinha dado no âmbito das suas funções. Explicou que o funcionário, tinha apresentado um pedido de licença sem vencimento, por razões da sua vida pessoal, e como tal, não lhe tinha parecido adequado enviar um convite formal ao mesmo, como tinham feito com um conjunto de outras entidades e, portanto, a sua intenção era que o mesmo fosse contactado pelos serviços do Município, no sentido comparecer na cerimónia caso assim o entendesse. Referiu, que iria tratar de recolher a sinalização, uma vez que, o parque de campismo estava encerrado, no entanto, estavam a trabalhar numa solução para o mesmo. Relativamente à congratulação e à forma de promover o Concelho, sobretudo, com os produtos que eram endógenos, frisou que cada vez mais tinham um mercado mais abrangente, e quanto ao facto de um dos melhores vinhos de Alpiarça ir provavelmente deixar de existir, explicou que apesar da própria cooperativa o deixar de produzir, isso não queria dizer que ele não

continuasse a ser produzido. -----

--- **Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:** -----

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **Ponto 01 – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 26 de abril de 2023 – N.º 8/2023 – Mandato 2021 – 2025.** -----

--- **Deliberação:** A proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 26 de abril de 2023 – N.º 8/2023 – Mandato 2021 – 2025, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 02 – Atribuição de Subsídio – Equilíbrio de Contas 2022.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra referindo, que no âmbito do funcionamento da Cooperativa Agroalpiarça, sempre que eram apuradas as suas contas, era necessário estabelecer o equilíbrio relativamente às contas com o próprio Município, ou seja, a Agroalpiarça era uma cooperativa com capital social, cuja participação da Câmara ascendia aos 99,87%, e a lei que era aplicável, no artigo 40.º, dizia que as empresas locais tinham de apresentar resultados equilibrados. Disse, que a cooperativa, na Assembleia Geral do dia 27 do março, tinha aprovado as suas contas relativas ao ano de 2022, e tinha apresentando um resultado líquido negativo de dez mil cento e setenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos, e portanto, quando o resultado líquido antes de impostos se apresentava negativo, era obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo que em relação àquele assunto, não se sentiam em condições de o votar, uma vez que, estavam a falar de uma ratificação de um eventual despacho que não fazia parte da documentação, ou seja, a única coisa que fazia parte da documentação era a informação interna. Disse, que o próprio relatório de contas da Agroalpiarça não fazia parte daquela documentação. Frisou, que a intenção era acabar com Agroalpiarça, e para ver o reflexo dos dez mil euros de prejuízo, pelo menos teria que ter o relatório de contas disponível. Salientou que no ano de 2022 tinha sido vendido todo o stock que existia e, portanto, toda a colheita de 2021 e tinham sido antecipadas receitas ou grande parte das receitas de 2023, com a venda das uvas em 2022. Salientou, que poderiam ter procurado outro tipo de soluções, inclusivamente a evolução positiva que a própria marca tinha tido com a sua implantação no próprio mercado, que na sua opinião tinha sido desperdiçada. -----

--- Interveio a senhora Presidente referindo, que tinha solicitado aos serviços a informação relativamente à ausência daquele relatório na prestação de contas e, aquilo que tinha sido transmitido era que aquelas

contas eram apresentadas quando eram consolidadas as contas das várias empresas, no âmbito do universo da Câmara Municipal e apenas naquela altura era apresentado o relatório de contas, relativamente às mesmas. Disse, que no ano em que tinham iniciado funções, estava pendente uma transferência relativamente àquele equilíbrio financeiro. Frisou, que a dívida da Agroalpiarça à Câmara Municipal tinha entrado para efeitos de contabilização da dívida global do Município e, portanto, para evitar que isso voltasse a acontecer, havia um prazo estabelecido na lei de 30 dias para fazerem o equilíbrio das contas. Salientou, que tinha sido feito um despacho a autorizar a transferência, uma vez que, tinha sido apurado um resultado negativo em sede de relatório de contas da própria Agroalpiarça. -----

--- **Ratificação:** A proposta de Atribuição de Subsídio – Equilíbrio de Contas 2022, foi ratificada por maioria com os votos contra dos senhores Vereadores da CDU. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos apresentou a seguinte declaração de voto: *“A CDU votou contra esta proposta de atribuição de subsídio à Agroalpiarça para equilíbrio de contas 2022, porque não estão reunidas as condições em termos documentais para votar o próprio ponto e, acabámos por ratificar um despacho do qual não temos conhecimento, quer do próprio despacho, quer também da data em que foi feito. Também o próprio ponto não está acompanhado do relatório contas da Agroalpiarça e, portanto, não conseguimos identificar o reflexo do valor a transferir, pelo que conforme disse no início da declaração de voto, consideramos não estar reunidas as condições para votar este ponto e daí termos votado contra.”*-----

--- **Ponto 03 – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Sustentável Alpiarça 2030 (EIDS 2030).** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra referindo, que tinham convidado o senhor Engenheiro António Marques e o senhor Engenheiro Filipe, que eram representantes da empresa Terrisirga, com quem tinham contratualizado a elaboração daquela estratégia. Disse, que o Município de Alpiarça vivia muito na dependência, quer das transferências do orçamento de Estado, quer dos eventuais recursos a fundos comunitários para poder concretizar um conjunto de projetos que eram estruturantes e, fazer um conjunto de ações que eram estruturantes para a vida da população. Frisou, que era primordial do seu ponto de vista, que houvesse planeamento, que houvesse uma perspetiva de desenvolvimento a médio prazo e que o projeto estivesse enquadrado, numa primeira análise que era feita junto das forças vivas do Concelho, no sentido de perceber quais eram as expectativas das pessoas, das empresas, dos vários organismos que funcionavam no território, do próprio Município, o que se pretendia, para onde se pretendia caminhar, que tipo de comunidade queriam construir naquele espaço de tempo. Referiu, que tudo demorava algum tempo a concretizar e, portanto, tinha de haver um planeamento para os orientar relativamente às necessidades, às propostas de ação e aos timings para realização dos projetos. Frisou, que tinham um plano de ação para

congregarem aquilo que era a estratégia que se tinha desenvolvido com as propostas, quer do Programa Operacional do Alentejo, quer das várias fontes de financiamento que estavam em execução, quer o PRR, quer o Quadro Financeiro Plurianual do Governo, quer o 2030. -----

--- O senhor Engenheiro António Marques apresentou a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Sustentável Alpiarça 2030 (EIDS 2030). -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos tomou a palavra, referindo a importância da elaboração daquele documento para o desenvolvimento e preparação daquilo que era uma das principais fontes de financiamento do investimento dos municípios, que eram os Fundos Estruturais, quer de âmbito comunitário, quer também de âmbito nacional. Frisou, que a concretização daquela estratégia seria benéfica para todos e para o Município de Alpiarça. -----

--- **Conhecimento:** Foi dado conhecimento da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Sustentável Alpiarça 2030 (EIDS 2030). -----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- Não houve intervenção do público, uma vez que, não se encontrava público presente na sala. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 12h00m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

A Técnica da Subunidade de Administração Geral

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos Dias

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação. Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.